

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

CÂMARA MUNICIPAL
DA
COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 5-A/2013

Da reunião extraordinária realizada no dia 11 de Dezembro de 2013, iniciada às 18:00 horas e concluída às 20:00 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Ponto Um	2
Ponto Dois	10
Ponto Três	11
Ponto Quatro	12
Aprovação em minuta	14
Votação das deliberações	14
Encerramento	14

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

ABERTURA

ACTA Nº 5-A/2013

Aos onze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, na Covilhã, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal da Covilhã, convocada por Edital de 06 de Dezembro de 2013, sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Maria Paula Albuquerque Figueiredo Simões e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

E, pelas 18:10 horas, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

1. Orçamento para 2014, Grandes Opções do plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos

O Senhor Presidente submeteu à apreciação da Câmara a Proposta de Orçamento para 2014, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, distribuída na reunião ordinária de 6 de Dezembro de 2013, complementada com informação da Divisão de Recursos Humanos, no que respeita ao mapa de pessoal dos trabalhadores da Câmara Municipal, documento que fica apenso à acta.

Tomou a palavra o Senhor Vereador Joaquim Matias questionando inicialmente se o Mapa de Pessoal poderia ser deliberado fora deste documento ou se tem que ser integrado no mesmo.

O Senhor Presidente esclareceu que a Lei obriga a que o documento seja apresentado em conjunto.

Retomou a palavra o Senhor Vereador Joaquim Matias que fez uma Declaração de Voto e que se transcreve:

“ No orçamento que nos foi apresentado para o ano de 2014, a previsão das Receitas Correntes é de €24.697.470,00, das Receitas de Capital é de €18.283.352,00 e Outras Receitas de €1.000,00; se, a previsão das receitas correntes o maior peso é pertencente às rubricas Impostos Municipais com 17% e as Transferências correntes com 27,3 %, acredito eu, que os desvios a existirem não devem ser preocupantes.

As receitas de capital, resultam principalmente da alienação dos bens, que constam de listagem e pela análise que fiz, era importante que neste documento existisse uma planta de localização de cada um dos terrenos, lotes, edifícios, fracções e casas de habitação social, e se, as fracções estão ocupadas, por quem, e se ocupadas, que tipo de contractos estão celebrados.

Quanto às receitas que provêm das rendas de habitação social, deveriam ser mencionadas neste documento, por fácil contabilização.

Feita uma análise às Despesas (Previsão):

Nos objectivos:

07 _____ Protecção Civil há uma dotação para 2014 de €150.000,00

0701 ___ Protecção da Floresta há uma dotação para 2014 de €110.000,00

Nesta descrição, como se vai aplicar esta verba?

0702 ___ Protecção e luta contra incêndios há uma dotação de €40.000,00

Como é do conhecimento do Senhor Presidente e de todos os eleitos, a protecção civil é da exclusiva responsabilidades das Câmaras Municipais.

No nosso concelho, é a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que desenvolve as actividades/ocorrências seguintes:

RISCOS NATURAIS:

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

Fenómenos naturais: aquando da existência de cheias; ventos fortes; sismos; nevões; ondas de calor; ondas de frio; secas; inundações; colapso de cavidades subterrâneas naturais; actividade vulcânica; queda de meteorito; incêndios urbanos ou em área urbanizável; habitação; estacionamento de superfície; estacionamento em profundidade ou silo; serviços administrativos; parque escolar;

RISCOS TECNOLÓGICOS:

Hospital e Lares de Idosos; espectáculos e reuniões públicas; hotelaria e restauração; áreas comerciais e gares de transportes; desporto e lazer; Museus e Galerias de Arte; Bibliotecas e Arquivos; Militar, Forças de Segurança e Forças de Socorro; indústria, oficina e armazém; edifícios degradados ou devolutos; incêndios em equipamentos e produtos; incêndios em transportes; acidente; acidentes industriais e tecnológicos;

RISCOS MISTOS:

Incêndios rurais; incêndios em detritos; comprometimento total ou parcial de segurança, serviços ou estruturas;

PROTECÇÃO E ASSISTÊNCIA A PESSOAS E BENS:

Assistência em saúde; intervenção em conflitos legais; assistência e prevenção a actividades humanas;

OPERAÇÕES E ESTADOS DE ALERTA:

Operações (13 tipos de intervenções)

Estado de Alerta do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

Todas estas actividades ainda estão subdivididas, o que dá para entender a diferente formação que é dada aos cerca de cem bombeiros que temos, e os recursos diversificados que têm que existir.

E como já foi demonstrado, por documentos entregues ao Senhor Presidente, a participação da Câmara Municipal para a protecção civil tem que ser no mínimo de € 120.000,00, ano.

É portanto necessário que, fique na previsão das despesas para a protecção civil, bem claro o montante dos €120.000,00.

1102 ____ Apoio às Freguesias, há uma dotação para 2014 de €190.000,00

Há no Orçamento para 2014, a delegar nas Juntas de Freguesia:

. Conservação e Reparação da Rede Escolar _____	25.000,00
. Apoio à Const. E Instalação Centros de Dia e de convívio _____	10.000,00
. Construção e reparação de muros de suporte _____	20.000,00
. Aquisição de equipamentos _____	10.000,00
. Const. e Alarg. de Cemitérios – Const. Casas Mortuárias _____	25.000,00
. Zonas de Lazer e beneficiação de espaços verdes _____	20.000,00
. Construção e Reabilitação de Áreas Culturais e Casas Museu _____	10.000,00
. Construção e Reparação de Parques Infantis _____	20.000,00
. Beneficiação e Construção de Polidesportivos _____	5.000,00
. Conservação, Manutenção Beneficiação da Rede Viária _____	50.000,00
. Beneficiação de Arruamentos _____	50.000,00
. Apoio às Juntas de Freguesia para apoio nas despesas de capital _____	50.000,00

Quanto às verbas destinadas a apoiar as Juntas de Freguesia, considero-as insuficientes.

No objectivo 3.3.1 Transportes Rodoviários:

Proponho que faça parte integrante deste documento “Grandes Opções do Plano”, a construção da ligação da Freguesia da Erada à sua anexa Trigais, que tem uma distância de

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

cerca de sete km, mas que a fazer-se, vai encurtar a ligação em cerca de 25 minutos, o que em termos de socorro àquela população é muito importante.

Como entendo que as condições financeiras do Município não são as melhores, proponho, que se inclua nas Grandes Opções do Plano a feitura do projecto, porque no próximo Quadro Comunitário 20/20, certamente que vamos ter dinheiro para caminhos agrícolas, e redes viárias, e assim ficaremos salvaguardados.

(Para esta intervenção, consegue o Município, através da Engenharia de Espinho fazer toda a movimentação de terraplanagem.)

Ainda na Freguesia da Erada, e concretamente na sua anexa Trigais, proponho que se inclua nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, a feitura de um lavadouro público e a recuperação de um moinho de vento dos três existentes, para ali ser instalado um pequeno Museu que releve a sua história.

Quanto à intervenção da Estrada Municipal 512:

Estão definidos €400.000,00 para o ano de 2014.

Como é do conhecimento do Senhor Presidente, a beneficiação desta estrada municipal necessita de uma intervenção superior a um milhão de euros.

E se no ano de 2014, só se vai beneficiar desde a Ponte do Rio Zêzere até à Barroca Grande, o troço Ourondo à referida ponte com o inverno vai ficar altamente degradada.

Sou, de opinião, que deve a Câmara Municipal, fazer um esforço no sentido de resolver todo o percurso que tem cerca de 13 Km.

Ainda no couto mineiro, salvo melhor opinião, deve a Câmara Municipal entrar em contacto com o Presidente da Câmara da Pampilhosa da Serra, Senhor José Brito, para se fazer o projecto de beneficiação/requalificação da estrada que liga o nosso concelho ao da Pampilhosa, através da barragem de Santa Luzia, porque podemos ter neste eixo um filão turístico, que devemos explorar.

ACÇÃO SOCIAL:

Tem uma dotação para o ano de 2014 de 283.000,00 €

Para os apoios no âmbito de acção social tem uma dotação e 50.000,00 €

Para o Cartão Social Municipal tem uma dotação de 203.000,00 €

Para programas de emergência social tem uma dotação de 30.000,00 €

Tem seis códigos de classificação económica que não especifica para que se destinam as referidas verbas. ???

SERVIÇOS CULTURAIS RECREATIVOS E RELIGIOSOS

Tem uma dotação orçamental para o ano de 2014 de 776.000,00 €

Dos quais uma dotação de 412.000,00 € para a Cultura

Eventos culturais, uma dotação de 130.000,00 €

Festividades cíclicas, uma dotação orçamental de 65.000,00 €

Apoio às actividades culturais, tem uma dotação de 104.000,00 €

Para as Feiras, tem uma dotação orçamental de 113.000,00 €

QUANTO AO DESPORTO E LAZER:

O documento em análise, tem uma verba total de 364.000,00 €

Dos quais para actividades desportivas tem definido 144.000,00 €

E para os Apoios às Actividades Desportivas, Recreio e Lazer, tem 220.000,00 €

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

Os 144.000,00 € estão distribuídos pelo código 16, e por onze códigos de classificação económica. ????

Muitos mais contributos poderei dar na Reunião de Câmara, bem como tirar algumas dúvidas que tenho do conteúdo do documento que nos foi apresentado.

Uma vez que nesta Reunião de Câmara sugeri para além destas sugestões/propostas, e depois de ter tirado algumas dúvidas, tais como:

Não aceitaram introduzir neste tão importante documento as plantas de localização dos imóveis municipais, bem como as avaliações, uma vez que, há alguns terrenos para alienação, que segundo o que se pensa, são terrenos que os loteadores cederam ao Município, por força das operações de loteamento, alguns deles para ali serem construídos parques infantis, e até zonas verdes.

Não aceitou o Senhor Presidente, contemplar o sector da agricultura com verbas, para que neste sector se ajudem os agricultores.

Sugeri que fossem ainda incluídas algumas verbas para fazer face a preocupações que existem nas Juntas de Freguesia, e para a anexa da Freguesia de Erada, Trigais, que se contemplasse neste tão importante documento uma verba para o projecto da estrada que liga a Erada aos Trigais, numa distância de cerca de sete kms, encurtando em cerca de vinte e cinco minutos a ligação entre as duas populações, que em termos de operações de socorro é muito importante.

Sugeri ainda, que fosse contemplada a possibilidade da feitura de um lavadouro público e a recuperação de um moinho de vento, para a instalação de uma estrutura museológica e de artesanato da localidade.

Apesar de este Orçamento para 2014, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos – aprovação e remessa à Assembleia Municipal, ser chamado o Orçamento e Plano das Juntas de Freguesia, tal não o considero, por não encontrar no mesmo, os mecanismos para que as Juntas de Freguesia do Concelho possam fazer face aos muitos problemas existentes.

Neste documento, a Acção Social é contemplada com 283.000,00 € sendo que, para o cartão Social Municipal estão previstos 203.000,00 € (julgo insuficientes) e muito mais insuficiente é o montante de 30.000,00 € para o Programa de Emergência Social.

Considero também insuficiente os montantes previstos para o apoio às actividades culturais, com uma dotação de 104.000,00 €

Insuficiente é também a verba de 364.000,00 € para o Desporto, Recreio e Lazer.

Neste documento, há muitas classificações económicas que não têm a descrição, pelo que não temos conhecimento das acções que se pretendem desenvolver.

TENDO EM CONTA QUE NENHUMA PROPOSTA DE MELHORAMENTO APRESENTADAS POR ESCRITO E VERBALMENTE NESTA REUNIÃO, NÃO FORAM ACEITES E CONTEMPLADAS NESTE TÃO IMPORTANTE DOCUMENTO, VOTO PELA ABSTENÇÃO, ESPERANDO EU, QUE O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, AO LONGO DO ANO DE 2014 POSSA CRIAR OS MECANISMOS DE FUNCIONALIDADE E DE REALIZAÇÃO DE OBRAS E MELHORAMENTOS NAS FREGUESIAS DO NOSSO CONCELHO.”

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

O Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Vereador Joaquim Matias o documento e os contributos que fez chegar, que por certo quis enriquecer o instrumento financeiro da Câmara, que é o Orçamento, recordando que o Plano e Orçamento não é um documento estático, é um documento dinâmico e flexível; a ideia que deixa na sua intervenção é que a maior parte dessas ideias e sugestões que deu, têm enquadramento, têm cabimento em muitas rubricas do Orçamento que são genéricas, mas lamentavelmente, tudo indica que vamos entrar em saneamento financeiro, pelo que devem ser muito cuidadosos e prudentes, ter rigor, contenção e ao mesmo tempo, o espírito de abertura possível para no próximo ano económico, e se, e quando for necessário, fazerem-se as alterações orçamentais necessárias; solicitou ao Senhor Dr. Júlio Costa, Chefe de Divisão de Finanças, que esclarecesse as questões mais técnicas que foram colocadas.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu os presentes, dizendo o seguinte: “Quer no Orçamento anterior, quer neste, os mapas apresentados são os que se encontram definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade Autárquica, não podendo ser apresentados mapas com uma estrutura diferente daquela que é apresentada.

Que no Orçamento Municipal se encontram plasmadas as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimento e o Plano de Actividades, que servem sobretudo para densificar o Orçamento, e que quando é referido que se conseguem identificar determinadas rubricas, há a necessidade de conjugar os dois documentos, para se saber o valor realmente imputado a uma determinada rubrica.”

O Senhor Presidente esclareceu, ainda, que uma determinada verba pode ter um valor para, por exemplo, fazer 20 Feiras Temáticas, mas que poderá ser gasta apenas numa delas; a ideia é a de serem rigorosos e ir ao encontro dos interesses dos nossos concidadãos, e que se tratam de questões que irão ser definidas pelo Executivo.

Sobre a estrada Trigais-Erada disse que foram ouvidos todos os Presidentes de Junta de Freguesia, sendo por eles apontadas todas as obras mais prioritárias e de maior necessidade e que por isso se deu relevância neste Orçamento, a essas obras referenciadas, sendo certo que também concorda com a construção dessa rede viária, mas que terá ser feita de uma forma faseada e desde que exista margem de manobra nos valores orçamentados.

O mesmo se aplica às questões da Protecção Civil, no entanto, devem ser prudentes e minimalistas no ponto de vista da previsão; que vão adaptá-la às circunstâncias que possam surgir, sendo certo que tudo o que seja fundamental e prioritário para o cumprimento das obrigações inerentes à Protecção Civil, não deixarão de ser cumpridas, por falta de verbas; não se deve olhar para as verbas como estáticas e definitivas, porque elas serão adaptadas às necessidades que possam surgir.

O Senhor Vereador José Pinto solicitou a palavra e disse: “Começo a minha intervenção com um protesto, porque eu não fui convidado para a inauguração do novo Aeródromo!”

Explicou de seguida a sua afirmação, referindo que após analisar os documentos, ficou perplexo, porque no documento referente às taxas, ainda lá constam as taxas do aeródromo, um aeródromo que já não existe, e pensou que já tivesse sido inaugurado um novo aeródromo para o qual não tivesse sido convidado; diz que este é um documento extremamente importante e que, ao se tornar público, as pessoas ficam a pensar no rigor do mesmo.

O Dr. Júlio Costa explicou que o Regulamento de Taxas do Município prevê a actualização anual ao nível do Orçamento com base na inflação prevista no Orçamento de

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

Estado do ano seguinte e o que é feito, sob o ponto de vista técnico, é aplicar-se às taxas que existem no Regulamento Municipal do Município, a inflação prevista; que tecnicamente não podem retirar essas taxas, apesar de obsoletas, porque é da competência da Assembleia Municipal alterar o Regulamento e Tabela de Taxas do Município e que nesta sede não é do que se trata, mas apenas, da actualização anual obrigatória.

O Senhor Vereador José Pinto respondeu que então deverá ser feita uma informação que ficaria anexa ao documento, referindo o porquê desta situação acontecer, tendo em conta a legislação em vigor; que deverá ter-se esse cuidado, de colocar de forma rigorosa e precisa a informação, porque há pessoas que não sabem que é a Assembleia Municipal que tem essa competência; por outro lado, têm que ter em conta que o documento tem uma inflação de 1%, o que é estranho, tendo em conta a situação financeira dos munícipes; por exemplo, a taxa de ocupação do subsolo também foi aumentada em vez de a diminuirmos, questionando se isto é para ver se passa despercebido, se é para as pessoas não fazerem essa leitura.

O Senhor Dr. Júlio Costa explicou que essa taxa está suspensa até 2014, mas que aqui tem que vir refletivo o aumento, tal como nas outras taxas, porque no ano de 2015, de acordo com o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal, a Câmara pode decidir aplicar essa taxa e ela tem que vir aqui mencionada.

O Senhor Vereador José Pinto continuou a sua intervenção insistindo que se deve ter todo o cuidado na elaboração destes documentos; por outro lado, disse, “um Orçamento só tem lógica existir se existir um Plano de Actividades e o que verificou, em termos do Plano de Actividades, é praticamente plagiado do que tem vindo nos Orçamentos anteriores do PSD/Carlos Pinto. Na introdução ao documento, não é referido de forma clara, os projectos que se pretendem executar, os objectivos que se pretendem atingir, as estratégias que se pretendem, é um documento politicamente “seco”, onde não responde nem permite ver uma estratégia definida pelo PS; não existe um projecto que possa servir de justificação para este documento. Por exemplo, na agricultura os valores estão a zero, sendo importante que o documento referisse o apoio a Feiras, a exposições, ao trabalhar com as Cooperativas, com as associações de Agricultores, criar um regime especial de licenciamento para construções agrícolas, apoiar os regadios, etc., e neste documento nada disto existe; no comércio – apoiar e fomentar a criação de Cooperativas de produtos típicos para negociar com o sector da distribuição; na investigação e tecnologia – promover uma feira de tecnologia e inovação; no turismo – despoluir o Zêzere, criar um roteiro turístico, criar um programa de animação turística; na educação – não sabemos se vai ser repostado o pagamento de transporte escolar ao ensino secundário, por ser escolaridade obrigatória, repondo o seu pagamento, criar uma bolsa municipal aos jovens carenciados que promovam a investigação no sentido de trabalhar a realidade local; etc.”. Continuou, dizendo:

“Um documento político devia ser um documento prévio para depois se avançar para o futuro. Fiz uma análise comparativa e o que verificamos é que temos uma descida percentual do Orçamento: na cultura, no desporto, na educação, na acção social, na protecção civil, no desenvolvimento económico, nos transportes e comunicações, na defesa do meio ambiente, na agricultura, etc., e só temos subidas nas transferências para a Administração Central, no saneamento e salubridade, na habitação e urbanismo e na saúde; percentualmente estão perante um Orçamento que desceu na sua grande maioria das rubricas. Diz estranhar muito as críticas feitas, por ele não saber fazer a leitura de um

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

documento técnico, que já analisa há 24 anos, achando que tem o direito de lhe fazerem alguma justiça em relação aquilo que fala do documento”.

Quanto à estratégica política, referiu que “não se fala num programa de regeneração urbana, não se fala na intervenção do Município no quadro estratégico no âmbito da União Europeia 2014-2020, não se fala no reforço da qualidade ambiental, na manutenção dos espaços verdes, na modernização da frota municipal, no plano das acessibilidades, não se aborda uma vontade junto do Estado, da questão das portagens e sua abolição na A23 e na A25, da construção da IC6, da questão de dar dignidade à Linha da Beira Baixa e a sua ligação até à Guarda; em relação ao movimento associativo pensa que deveria haver um plano de emergência social para 2014; não se faz nenhuma alusão à questão da agregação das Freguesias, fazendo menção no Plano Estratégico da Câmara, para impedir que isto se consolide e poder equacionar os órgãos nacionais no sentido de arrepiar caminho, principalmente das Freguesias rurais. Sobre a protecção civil, vemos que estamos no final do Outono e a floresta continua a arder e temos 0,41% de verba estipulada no Orçamento; agora estamos num período ideal que é de prevenir e não nos preocupamos com essa questão”.

Continuou, dizendo: “Estou perante um Plano sem rumo e meramente técnico, contabilístico e financeiro, sem explicação clara da aplicação das taxas; por exemplo, a questão das taxas de ocupação do subsolo: questiona se não há vontade desta Câmara para pôr em causa a decisão anteriormente tomada; tem que se fazer alusão a isso; é um documento cheio de espaços em branco pois a descrição das actividades para as quais se destinam as verbas, não existe. A questão da alienação do património, criticado anteriormente: estamos aqui a referir a alienação dos espaços do domínio público, alguns dos quais, os proprietários das urbanizações, foram obrigados a ceder ao domínio público, para se criar um espaço verde, um parque infantil, e estamos a contemplar neste Orçamento recursos para alienar esses espaços e para justificar as verbas com disponibilidade financeira no Orçamento. O Senhor Presidente discriminou obras a executar nas Freguesias, algumas delas até são para o mandato, sendo parte das obras para o próximo ano, ou seja, o que está a fazer é apenas o início da obra. Será capaz a maioria PS de obter a capacidade de execução superior às anteriores? Ou seja, o Orçamento é mais baixo, pois a realidade nos obriga a isso, mas vamos ver se a maioria consegue executar o Orçamento que seja superior ao do passado, que eram Orçamentos avultados, mas que em termos de execução orçamental, nunca andavam para além dos 30%.”.

Disse ainda estar-se a criar falsas expectativas às Freguesias com um documento desta natureza, porque todos pensam que em 2014 determinada obra vai ser feita, quando o que lá está é o início dela, não se referindo que é um Orçamento plurianual. O Senhor Presidente diz que este é um Orçamento das Freguesias, mas deve dizer que é um Orçamento onde se prevê iniciar obras nas Freguesias.

Disse, ainda, que o tempo foi muito curto e o que documento exigia esta abordagem política que aqui apresentou.

O Senhor Presidente respondeu referindo o seguinte: “Começo por referir que este instrumento financeiro não é um manual de finanças e que não podemos transformar o documento contendo uma vertente pedagógica, não pode ser um manual de finanças públicas ou de economia política e colocar nele as portagens e a linha da Beira Baixa, são questões que não se “contêm na economia”, de um Plano e Orçamento, tanto mais que são questões que extravasam a índole municipal, são de natureza governamental; é injusto quando diz que não há projectos concretos, que não há obras concretas, mas eu inúmero aqui algumas como a recuperação da Judiaria, a regeneração urbana da Zona Histórica,

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

Teatro Municipal, Núcleo Museológico, Pavilhão Municipal, Parques Infantis, etc.; não vai querer que elas sejam todas executadas no ano de 2014, umas estão sob a forma de projecto, outras já têm projecto e vão ser iniciadas, outras ainda serão continuadas, não podemos fazer “tábua rasa” das obras que vêm do passado, porque há compromissos financeiros, há obras que estão por acabar e têm que ser acabadas, que têm a respectiva notação financeira; por isso não poderá dizer que não há projectos, que não há linhas orientadoras, que não há ideias concretas, pois que elas de facto existem. Obviamente que não poderiam aqui descrever minuciosamente e desdobrá-las como era pretensão do Senhor Vereador”.

Disse, ainda: “Devo dizer que também é profundamente injusto, no que diz respeito às Freguesias, porque pela primeira vez, existe um Plano que contempla todas as Freguesias do concelho, que totalizam 1.285 mil euros; significa um investimento grande, tendo em conta o contexto que estamos a viver, que é produtivo, que alavanca a economia local, cria emprego, cria riqueza e responde de forma mais rápida às carências das Freguesias; é injusta a crítica porque este é o Orçamento das Freguesias e, em termos plurianuais, temos um valor de 5.685 mil euros de investimento. Poderá questionar e colocar reservas sobre se seremos ou não capazes de executar com elevado grau o Orçamento, mas assim o pretendemos e vamos tentar fazer até muito mais”.

O Senhor Presidente informou ainda que relativamente à agricultura, não existe uma verba específica sobre a mesma, existem sim, rubricas que a ela dizem respeito, como as Hortas Sociais, os eventos relacionados com a divulgação dos produtos agrícolas, etc., que estão desdobrados e contemplados nessas mesmas rubricas.

Informou que é pretensão do executivo que este Orçamento tenha um elevado grau de execução e que quando o Senhor Vereador compara este Orçamento com os Orçamentos anteriores, em termos percentuais, deve fazê-lo em termos nominais, porque não pode comparar valores que estavam inflacionados, com valores que agora não o estão e por isso a percentagem não pode ser a mesma.”

O Senhor Vereador José Pinto reafirmou que a percentagem total do Orçamento é que baixou, não se referia à comparação com o grau de execução dos anos anteriores.

Falou de seguida o Senhor Vereador Pedro Farromba, afirmando que um Orçamento é um plano de intenções e que por isso daí decorram que, no final dos anos, as taxas de execução sejam sempre inferiores a 100%; isto porque, ou as receitas não foram aquelas que se esperavam que fossem, ou as despesas foram superiores e não se conseguiram realizar as acções e iniciativas previstas.

Tendo em conta as críticas feitas aos Executivos anteriores, disse pensar que este Orçamento fosse construído numa base 0 (zero), que fosse construído do zero, até às necessidades, mas que afinal não o foi; que é um Orçamento feito com base no do ano anterior, alterando apenas o que entenderam alterar; só assim se justifica a resposta dada pelo Senhor Presidente, em relação às Feiras, porque se fosse um Orçamento de base zero, dir-se-ia que iríamos fazer 10 feiras, que custarão 10.000,00 € sabendo exactamente o que iria custar; o que foi feito foi “agarrar” no Orçamento do ano passado, e foi mais ou menos adequado, mantendo-se mais ou menos as actividades do ano passado; para quem criticou tanto o passado, poderia ter sido feito um outro tipo de trabalho.

Disse que no nosso concelho se vive grandes momentos de performance financeira e económica, até mesmo no nosso país, porque as receitas estão claramente acima da realidade, claramente “empoladas”, o que significa que 1.285 mil euros para as Freguesias, dificilmente se conseguirá executar; tal como a venda de património municipal, criticada

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

no passado, afinal também se justifica que se faça, para se conseguir adequar as receitas à despesa e não foi isso que foi feito, não foi adequada a despesa à receita; partilha da posição do Senhor Vereador José Pinto sobre a taxa de execução do Orçamento, que vai ser difícil de concretizar.

Diz ficar preocupado com a intervenção social, porque segundo as intervenções do Senhor Presidente, quer em campanha eleitoral, quer nas últimas duas semanas, e perspectivando as dificuldades para o ano de 2014, as mesmas são insuficientes.

Regista com agrado o apoio às Freguesias, partilhando da opinião do Senhor Presidente, que de facto este é o Orçamento das Freguesias, percebendo-se o porquê, pois é necessário o apoio dos Presidentes de Junta de freguesia para o poder aprovar na Assembleia Municipal.

Questionou, relativamente à construção da barragem, se não tem que existir uma verba alocada no Orçamento, para o efeito, pressupondo que o seja com verbas da ICOVI.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que, relativamente à ICOVI, a Lei proíbe o subsídio ao investimento às Empresas Municipais e, por isso, encontra-se previsto neste Orçamento a possibilidade de transferência de verbas para a ICOVI, através de um aumento de capital social.

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou ainda se no Orçamento estão ou não contempladas as ajudas à ADE, porque a leitura que faz é feita dum “bolo” e não se sabe se estão lá incluídas essas verbas; que o Executivo foi tão célere em cumprir a promessa eleitoral da Derrama e do IMI, mas que os restantes compromissos eleitorais aparecem a “zero” no Orçamento, prova de que o Orçamento é do ano anterior; outra área que o preocupa é a área do desenvolvimento económico, embora no Orçamento não se possa perceber qual é a intenção do Município nessa área, pois nenhuma cidade, nem nenhum concelho vive sem desenvolvimento, sem a criação de emprego, sem estabilização do nível de emprego, que existe e é óbvio o seu aumento e que, não estando identificada nenhuma rubrica de desenvolvimento económico, presume que nas rubricas do investimento existam verbas alocadas ao desenvolvimento; disse ainda que este Orçamento, sendo um plano de intenções, o preocupa se de facto a Câmara não estará a mostrar demasiada disponibilidade, passando a mensagem de que já não estamos em crise, que estamos noutra país, não na “cidade com fios de lã podre”, achando que seria saudável, do ponto de vista político, que o Orçamento tivesse eventualmente outro tipo de restrições, do ponto de vista da execução, até para se ir ao encontro das palavras do Senhor Presidente, nos últimos dias; era importante ainda que fosse discriminado, por Junta de Freguesia, o que cada uma vai receber.

O Senhor Presidente respondeu que “o Orçamento é um plano de intenções, previsional, mas que essa previsão tem que ser o mais rigorosa possível, é um Orçamento que reduz drasticamente, num valor de 6,2 milhões de euros, relativamente ao Orçamento do ano passado, o que deve ser considerado, e que é uma redução significativa. Tentaremos fazer mais, com idêntica quantia ou com quantia inferior. Chama-se a isto racionalizar, não esbanjar, não fazer obra, pela obra, apenas com fins eleitoralistas, para encher o olho ao eleitor, para criar a convicção de que estamos no melhor dos mundos, mas sim tratar a realidade como ela é, como ela existe e a devemos ver. Foi por isso que fizemos essa drástica redução, para tentar adaptá-la à realidade; não percebo onde há um empolamento de receitas quando olha para o investimento de 1.285 mil euros, porque na passagem de

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

testemunho foi-me dito que teria 2 a 3 milhões por ano para fazer obra nova; o investimento previsto está contextualizado com a realidade”.

Disse ainda sobre a Associação Desportiva da Estação que “à semelhança de outras associações, o que vamos fazer é honrar os compromissos e cumprir aquilo que da nossa parte foi assumido e que pretendo pagar, se conseguirmos “uma folga” vamos certamente antecipar essa quantia e, repetindo que o Orçamento é flexível e dinâmico, nós temos que nos adaptar às circunstâncias e para isso existem as alterações orçamentais e existem orçamentos rectificativos. Seria bom, daqui por uns meses, estarmos a fazer um orçamento rectificativo, na perspectiva de que entraram mais receitas; esta nossa perspectiva é uma perspectiva realista, não é “cinco estrelas”, é realista, aquela que nós constatamos e é essa realidade que devemos trabalhar, não as ilusões; quanto ao desenvolvimento económico, ele é uma das nossas preocupações que está inserido noutras rubricas. Farei, entretanto, chegar aos Senhores Vereadores o mapa com os valores a atribuir a cada uma das Juntas de Freguesia.

O Senhor Dr. Júlio Costa informou que, face à nova Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, existe a obrigatoriedade de estabelecer um conjunto de critérios para fazer face às delegações de competências que contemplam essa Lei e de haver um estudo justificativo das distribuições das verbas pelas diversas Juntas de Freguesia; está-se a trabalhar no documento, com algum cuidado, até porque o documento tem que contemplar as verbas destinadas para os 4 anos de mandato e que por isso ainda não foi disponibilizado.

O Senhor Presidente acrescentou ainda que, “o Senhor Vice-Presidente, com o pelouro das Freguesias, na posse de elementos mais objectivos, sob o ponto de vista legal, reunirá com os Senhores Presidente de Junta, para em conjunto, fazer essa distribuição equitativa e objectiva”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias sublinhou que deixou a Câmara em 2006 e que certamente houve alterações à Lei, mas os valores a atribuir às Juntas de Freguesia eram discriminados, a obra e o montante, e por isso acha extremamente importante que soubessem o que vai ser feito em cada uma das Freguesias. Referiu ainda que: “estamos a aprovar um documento estratégico, importante para o concelho e era importante que neste momento conhecêssemos os critérios, porque poderá haver mais “simpatia” por esta ou aquela obra e se houver algum procedimento que não seja do agrado do Executivo, essa freguesia irá ter problemas”.

O Senhor Vereador José Pinto referiu ainda, e em relação aos critérios, que é necessário saber qual é a sensibilidade política para criar critérios, porque anteriormente o que definia esses critérios era a área da Freguesia, o número de eleitores, mas a nova Lei não o permite, mas falar de Freguesias urbanas como o Teixoso, o Tortosendo e a Boidobra, não é o mesmo que falar da Freguesia da Coutada, Barco, porque para além daquilo que eram os duodécimos, haviam ainda outros protocolos, que eram para a limpeza das ruas, a poda das árvores, etc.; a questão que se coloca é saber se são estes os critérios que irão ser tidos em conta, para definir a distribuição porque, se forem, os valores em relação ao passado são insignificantes; deveriam partilhar com o Executivo, de uma forma antecipada, os critérios e que sejam os mais justos possíveis.

O Senhor Presidente respondeu que tem de se fazer cumprir a Lei, é um princípio da equidade e da igualdade; após conhecer-se esse estudo irão discutir o assunto e tratar de

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

forma justa essa distribuição, cumprindo o princípio da igualdade: “seremos justos, equilibrados, equitativos nessa distribuição, obedecendo aos normativos legais”, disse.

O Senhor Vereador José Pinto questionou ainda: “para além das verbas que estão alocadas, em termos de desenvolvimento, e que têm de ser pagas, sabemos qual é o valor realmente disponível do Orçamento de 2014?”; temos um Orçamento de 42 milhões de euros e desse valor já temos um valor muito significativo, definido, para as obras que estão a decorrer e, por isso, pretende saber o que é que sobra desse valor, que é da responsabilidade do Executivo.

O Senhor Presidente respondeu que as verbas estão previstas nas respectivas rubricas e que quando tiverem de analisar as Contas de Gerência poderão analisar o grau de execução do Orçamento; “têm de nos dar um crédito de boa-fé, de que vamos executar e executar bem”, disse.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu ainda que é muito importante o comprometimento das verbas existentes com as obras que estão a decorrer.

O Senhor Vereador Nelson Silva interveio dizendo que, sobre as verbas alocadas na rubrica transferências de capital correntes, a Lei 75/2013 não é completamente clara sobre os critérios dessa afectação e que por isso será a própria Câmara que terá de o fazer, pelo que terá muito gosto em deixar os seus contributos, que diz serem relevantes, para que estes critérios sejam definidos; diz que gostaria que isto fosse feito com a máxima urgência, porque face à Lei, há a necessidades de se aprovarem todos os Protocolos em Assembleia Municipal, podendo criar problemas às Juntas de Freguesia, que também têm que aprovar os seus Orçamentos, solicitando que houvesse um compromisso, de que no mais curto espaço de tempo irão resolver esta situação, não só dos critérios, bem como das verbas a alocar a cada uma das Juntas de Freguesia, tal como com as Associações que têm relações com a Câmara, como a ADE; referiu que a sua posição sobre o Orçamento é conhecida por todos, registando com agrado a questão da habitação social, pois há aqui um esforço bastante grande, mas que é um Orçamento que cai em 15%, mas com 12% das suas verbas alocadas àquilo que é a cobertura da dívida e de juros da Câmara Municipal; existe aqui um montante de 1 milhão de euros de verba alocada à Resiestrela, que vem de trás, que não conhece e gostava que lhe fosse apresentada, porque seria bom poderem alongar este pagamento, ganhando uma folga interessante para apoiar as Juntas de Freguesia, a acção social e outras situações; este é um Orçamento que considera positivo, que tem alguma capacidade para investimento, com uma capacidade de execução de 35, 36 milhões, das mais altas dos últimos anos.

O Senhor Presidente respondeu que esse compromisso tem de ser assumido com a máxima urgência, e que é também uma preocupação dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Os Senhores Vereadores Joaquim Matias, José Pinto e Pedro Farromba apresentaram Declarações de Voto, documentos que ficam apensos à acta.

A Câmara, com os votos a favor do Senhor Presidente Vitor Pereira, do Senhor Vice-Presidente Carlos Martins, da Senhora Vereadora Paula Simões e do Senhor Vereador Nelson Silva, com o voto contra do Senhor Vereador José Pinto e as

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

abstenções dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Joaquim Matias, deliberou aprovar a proposta de Orçamento para 2014, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.

Mais foi deliberado, do mesmo modo, remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto nas alíneas c) do n.º 1 e ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para os efeitos previstos nas alíneas a) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal, e do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.

2. Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+) – revogação/alteração de deliberação

Presente informação da Senhora Directora de Departamento de Administração Geral, datada de 05/12/2013, que no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o Lar de S. José e deliberado em reunião de Câmara de 05/07/2013, com vista à execução do Programa de Contractos Locais de Desenvolvimento Social Mais (CLDS+), informa ter sido constatado pelos serviços que o financiamento concedido não é cumulável com quaisquer apoios que registem a mesma natureza e finalidade, pelo que propõe revogar a deliberação de Câmara, na parte referente à comparticipação da Câmara Municipal, no valor de 27.000,00 € por invalidade e ao abrigo do disposto no artigo 141.º do Código de Procedimento Administrativo, expurgando-se do Protocolo celebrado a cláusula Segunda.

O Senhor Presidente explicou o documento e o motivo da revogação/alteração da cláusula em apreço.

O Senhor Vereador José Pinto solicitou que se passasse a poder avaliar todos os projectos de âmbito social, que estão a decorrer no concelho, porque há uma duplicação de acções que estão a decorrer, sem que sejam cruzados dados, que é um desperdício o que se está a fazer, devendo todos os projectos ser muito bem estudados, ver as vantagens e desvantagens e transformar isso num documento comum que permitisse ao executivo fazer uma avaliação.

A Senhora Vereadora Paula Simões acrescentou que existe a Rede Social, existe o Conselho Local de Acção Social, onde estão representadas diversas pessoas e que é no âmbito dessa rede que deve haver essa conjugação, onde todos têm lugar e todos podem contribuir para o efeito; está de acordo com o proposto e que nas próximas reuniões se poderia, todos em sintonia, num somatório de diversas acções, analisar esse aspecto.

A Câmara, por unanimidade, deliberou revogar a deliberação tomada na reunião de Câmara de 05/07/2013, relativa ao Protococo de Colaboração celebrado com o Lar de São José, no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social Mais + (CLDS+), na parte referente à comparticipação da Câmara no valor de 27.000,00, por manifesta desconformidade legal com o disposto no n.º 2 da Norma XVII do Regulamento do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, aprovado pela Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de Março, e ao abrigo do disposto no

artigo 141.º do Código de Procedimento Administrativo, expurgando-se do Protocolo celebrado a Cláusula Segunda.

3. Nomeação de júri para procedimentos concursais para provimento de cargos dirigentes

Presente proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, com data de 25 de Novembro de 2013, que nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 28 de Agosto, que aplica à administração local o estatuto de pessoal dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, e de acordo com a competência dada pelo n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro em conjugação com o artigo 23.º da Lei n.º 49/2012, de 28 de Agosto e com a alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, documento que fica apenso à acta, propõe que a constituição do júri para futuros recrutamentos de cargos de direcção intermédia, seja constituído por:

Presidente – Professor Doutor Manuel José dos Santos Silva - Professor Universitário da Universidade da Beira Interior

Vogais:

Professora Doutora Maria Paula Albuquerque Figueiredo Simões – Professora do Instituto Politécnico de Castelo Branco, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos, e

Jorge Manuel Galhardo de Matos Vieira – Engenheiro Civil – Mestre em Engenharia Civil.

Suplentes - Caso se mostre necessário e desde que compatível com a designação:

Graça Isabel Pires Henry Robbins – Licenciada em Direito, com actividade exercida na área de recursos humanos, e

José Alberto Guerra Tavares – Licenciado em Arquitectura.

Mais propõe que a presente proposta seja, após aprovação do órgão executivo, submetida a deliberação da Assembleia Municipal da Covilhã, para efeitos de designação do júri, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 28 de Agosto, que aplica à administração local o estatuto do pessoal dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimento e questionou o porquê de não estar incluído como membro do Júri, a Técnica Superior de Recursos Humanos.

A Senhora Directora de Departamento de Administração Geral esclareceu que a constituição deste Júri obedece a Lei específica, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente e que estabelece, para este efeito, um regime diferente dos concursos de pessoal.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta.

Mais deliberou remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 28 de Agosto, que aplica à administração

local o estatuto de pessoal dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro.

4. Abertura de concursos de pessoal

Presente informação n.º 1/2013, do Serviço de Recursos Humanos, datada de 19/11/2013, sobre os procedimentos e tramitação a observar para, em conformidade com o mapa de pessoal aprovado, poder iniciar-se o procedimento de recrutamento de 1 Técnico Superior – Design, 1 Técnico Superior – Educação, 1 Técnico Superior – Engenharia Civil, 2 Técnicos Superiores – Arquitectura, 2 Técnico Superior – Serviço Social, 1 Técnico Superior – Biblioteca e Documentação, 1 Especialista de Informática, Grau 1 Nível 2 e 4 Assistentes Técnicos – Animação desportiva/Monitor de Natação, na modalidade de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, documento que fica apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias solicitou esclarecimentos sobre o tipo de pessoas a admitir e o tipo de contrato a celebrar.

O Senhor Presidente esclareceu que na informação está sintetizada a questão colocada.

A Câmara, por unanimidade e com base na informação do Serviço de Recursos Humanos, deliberou determinar a abertura do procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, para recrutamento de 1 Técnico Superior – Design, 1 Técnico Superior – Educação, 1 Técnico Superior – Engenharia Civil, 2 Técnicos Superiores – Arquitectura, 2 Técnico Superior – Serviço Social, 1 Técnico Superior – Biblioteca e Documentação, 1 Especialista de Informática, Grau 1 Nível 2 e 4 Assistentes Técnicos – Animação Desportiva/Monitor de Natação.

Mais deliberou remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 66.º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, órgão competente para autorizar o procedimento concursal.

5. Protocolo a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã – aquisição de viaturas limpa-neves.

Presente informação do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 06/12/2013, que, de acordo com a deliberação de Câmara de 20/01/2012 que aprovou a celebração de um Protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, com vista à aquisição de um veículo ligeiro limpa-neves e um veículo pesado limpa-neves, necessários, no âmbito da protecção civil, através de candidatura apresentada ao Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, no valor de 90.100,00 € e após as alterações feitas à minuta do protocolo e deliberadas em reunião de Câmara de 13/09/2013, propõe-se que a Câmara delibere, após as sugestões apresentadas pelo Presidente da Direcção na reunião de Câmara de 06/12/2013, aprovar a minuta de Protocolo de Apoio,

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

no âmbito do novo enquadramento legal da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade e com a ausência do Senhor Vereador Joaquim Matias, por incompatibilidade, deliberou aprovar a recalendarização do compromisso assumido através do Protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, para o ano de 2014, correspondente ao seu apoio financeiro à componente própria do investimento e à alteração do valor do apoio para 64.600,00 €, correspondente a 15 % do valor do investimento, mais o valor do IVA à taxa reduzida de 5%, nos termos da informação dos serviços e da minuta anexa à presente deliberação.

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11/12/2013

Pelas 20:00 horas, terminada a votação dos assuntos da ordem do dia, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e pela Senhora Directora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____